

O MOVIMENTO LGBTQIAPN+ E A NEGRITUDE

Raça, Classe, Gênero, Sexualidade E As Diversas Formas De Discriminação

THE LGBTQIAPN+ MOVEMENT AND BLACKNESS

Race, Class, Gender, Sexuality And The Various Forms Of Discrimination

EL MOVIMIENTO LGBTQIAPN+ Y LA NEGRITUD

Raza, Clase, Género, Sexualidad Y Las Diversas Formas De Discriminación

LE MOUVEMENT LGBTQIAPN+ ET LA NOIRCEUR

Race, Classe, Genre, Sexualité Et Les Différentes Formes De Discrimination

Evelyn Sabrina Macedo Rocha

Discente da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO/UFMA), Universidade Federal do Maranhão Maranhão, Brasil.

sabrina.evelyn@discente.ufma.br

<https://orcid.org/0009-0007-1573-0400>

Maiza Pereira Pinheiro

Discente da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO/UFMA), Universidade Federal do Maranhão Maranhão, Brasil.

maiza.pinheiro@discente.ufma.br

<https://orcid.org/0009-0005-7586-1459>

Tatiane da Silva Sales

Doutora em História (UFPA), Docente da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da (LIESAFRO/UFMA), Universidade Federal do Maranhão Maranhão, Brasil.

tatiane.sales@ufma.br

<https://orcid.org/0000-0001-7540-6556>

Recebido em: 14/01/2025

Aceito para publicação: 27/04/2025

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o movimento social LGBTQIAPN+ no Brasil. A sigla abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais, ou seja pretende incluir todos que fogem à hetero e cis normatividade, desta forma pretendemos utilizar o conceito de interseccionalidade que trata da interação dos diversos tipos de violência que afligem principalmente pessoas socialmente destacadas pelos marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade, nas quais tais violências podem ser praticada de forma verbal, física, psicológica e moral. A respeito da metodologia da pesquisa, a mesma se deu por um viés descritivo, realizado através de levantamento bibliográfico sobre a temática. Dessa forma, o trabalho foi fundamentado teoricamente em autores como Luiz Mott (2018), Ronaldo Trindade (2018), Ana Cristina Conceição Santos (2018). Levando em consideração os dados levantados pelo Observatório de Mortes e

Violências LGBTI+ no Brasil, nota-se que apesar das oscilações nos números o panorama geral de violência contra a comunidade LGBTQIAPN+ continua sendo alarmante. Concluímos que é imprescindível combater toda e qualquer forma de violência contra a comunidade LGBTQIAPN+, sendo responsabilidade de todos, inclusive do poder legislativo e do executivo, buscando por igualdade para que assim possamos construir espaços em um mundo baseado no respeito e na inclusão.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+. Racismo. Interseccionalidade.

Abstract

The main objective of this paper is to analyze the LGBTQIAPN+ social movement in Brazil. The acronym covers people who are Lesbian, Gay, Bi, Trans, Queer, Intersex, Asexual, Pan, Non-binary and more, i.e. it intends to include everyone who escapes hetero and cis normativity, in this way we intend to use the concept of intersectionality that deals with the interaction of the various types of violence that afflict mainly people socially highlighted by the social markers of gender, race, class and sexuality, in which such violence can be practiced verbally, physically, psychologically and morally. Regarding the research methodology, it was descriptive, carried out through a bibliographic survey on the subject. Thus, the work was theoretically based on authors such as Luiz Mott (2018), Ronaldo Trindade (2018), Ana Cristina Conceição Santos (2018). Taking into account the data collected by the Observatory of LGBTI+ Deaths and Violence in Brazil, it can be seen that despite the fluctuations in numbers, the general panorama of violence against the LGBTQIAPN+ community continues to be alarming. We conclude that it is essential to combat all forms of violence against the LGBTQIAPN+ community, and that it is everyone's responsibility, including the legislative and executive branches, to seek equality so that we can build spaces in a world based on respect and inclusion.

Keywords: LGBTQIAPN+. Racism. Intersectionality.

Resumen

El objetivo principal de este trabajo es analizar el movimiento social LGBTQIAPN+ en Brasil. La sigla abarca a las personas Lesbianas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexuales, Asexuales, Pan, No binarias y más, es decir, pretende incluir a todos los que escapan de la normatividad hetero y cis, de esta forma pretendemos utilizar el concepto de interseccionalidad que trata de la interacción de los diversos tipos de violencia que afligen principalmente a las personas destacadas socialmente por los marcadores sociales de género, raza, clase y sexualidad, en que dicha violencia puede ser practicada verbal, física, psicológica y moralmente. La metodología de la investigación fue descriptiva, realizada a través de un relevamiento bibliográfico sobre el tema. El trabajo se basó teóricamente en autores como Luiz Mott (2018), Ronaldo Trindade (2018) y Ana Cristina Conceição Santos (2018). Teniendo en cuenta los datos recogidos por el Observatorio de Muertes y Violencia LGBTI+ en Brasil, se observa que a pesar de las fluctuaciones en los números, el panorama general de la violencia contra la comunidad LGBTQIAPN+ sigue siendo alarmante. Concluimos que es fundamental combatir todas las formas de violencia contra la comunidad LGBTQIAPN+, y que es responsabilidad de todos, incluidos los poderes legislativo y ejecutivo, buscar la igualdad para que podamos construir espacios en un mundo basado en el respeto y la inclusión.

Palabras clave: LGBTQIAPN+. Racismo. Interseccionalidad.

Résumé

L'objectif principal de cet article est d'analyser le mouvement social LGBTQIAPN+ au Brésil. L'acronyme couvre les personnes lesbiennes, gays, bi, trans, queer, intersexes, asexuelles, pan, non binaires et autres, c'est-à-dire qu'il vise à inclure tous ceux qui échappent à la normativité hétéro et cis, de cette manière nous avons l'intention d'utiliser le concept d'intersectionnalité qui traite de l'interaction des différents types de violence qui affligent principalement les personnes socialement mises en

évidence par les marqueurs sociaux du genre, de la race, de la classe et de la sexualité, dans lesquels cette violence peut être pratiquée verbalement, physiquement, psychologiquement et moralement. La méthodologie de recherche est descriptive et s'appuie sur une étude bibliographique sur le sujet. Le travail était théoriquement basé sur des auteurs tels que Luiz Mott (2018), Ronaldo Trindade (2018) et Ana Cristina Conceição Santos (2018). En tenant compte des données collectées par l'Observatoire des décès et des violences LGBTI+ au Brésil, on constate que malgré les fluctuations des chiffres, le panorama général des violences à l'encontre de la communauté LGBTQIAPN+ continue d'être alarmant. Nous concluons qu'il est essentiel de lutter contre toutes les formes de violence à l'encontre de la communauté LGBTQIAPN+ et qu'il est de la responsabilité de chacun, y compris des pouvoirs législatif et exécutif, de rechercher l'égalité afin de pouvoir construire des espaces dans un monde fondé sur le respect et l'inclusion

Mots-clés : LGBTQIAPN+. Racisme. Intersectionnalité.

Introdução

A sigla que anteriormente foi conhecida como GLS foi atualizada algumas vezes até chegar ao que hoje conhecemos como a comunidade LGBTQIAPN+ que compreende a subjetividades de pessoas que não se identificam dentro da hétero, cis ou alo normatividade começando pelas siglas L e G que tem como significado lésbicas e gays, pessoas homoafetivas, ou seja se relacionam com pessoas do mesmo sexo, bissexuais que pessoas que se relacionam com mais de um gênero, e tudo isso diz respeito a forma como as pessoas se relacionam afetivamente, podendo ainda serem pessoas transsexuais, travestis ou intersexuais, que refere-se a identidade de gênero, ou seja, pessoas que não se identificam com seu gênero biológico, tendendo a transicionar para outro gênero, ou não se identificando com nenhum dos dois como o caso de pessoas não binárias, muitas vezes sendo confundidas com os assexuais, pessoas que tendem a não se relacionar sexualmente, o que não os impede de terem relacionamentos românticos com ambos os gêneros.

Mediante a estrutura social e econômica deixada pelo passado colonial no Brasil, há a necessidade de estudarmos os movimentos sociais de forma interseccional, ou seja levar em consideração as várias formas violências que podem atravessar a existência de uma pessoa através dos marcadores sociais.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 14).

As estruturas que geram a opressão não são independentes e os que suscitam as opressões não podem ser considerados de maneira isolada, como confirma Brah: "Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como 'variáveis independentes' porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra - é constituída da outra e é constitutiva dela." (Santos et al., 2018).

Assim a Interseccionalidade é a nomenclatura que se dá a esse entrecruzamento de vários marcadores, que são indissociáveis, principalmente no Brasil onde as taxas de racismo, feminicídio e LGBTfobia apresentam índices elevados.

Entende-se como estopim do movimento LGBTQIAPN+ a nível mundial a "Revolta de Stonewall Inn" que aconteceu em 1969 em um bar de Nova York. Com o final da Segunda Guerra Mundial e devido às origens já conservadoras houve um crescimento da extrema direita e uma onda de repressão nos Estados Unidos. Contrariando leis como a proibição de venda de bebidas alcoólicas para homossexuais a máfia conhecida como "família Genovese" abre um bar gay chamado Stonewall Inn, no entanto a intenção dos mafiosos não era estabelecer um ambiente receptivo e seguro e sim lucrar com a marginalização da comunidade LGBTQIAPN+, visto que o local não tinha licenças para a venda de bebidas alcoólicas ou infraestrutura adequada, e apesar do pagamento de propina para os policiais por parte da família Genovese.

A polícia de Nova Iorque, liderada pelo Inspetor Seymour Pine, quebrou as “regras de boa convivência” ao fazer visitas ao Stonewall Inn fora dos horários e dias negociados com a máfia, que pagava propina aos policiais que faziam a ronda na região. No dia 28 de junho de 1969, Pine tentou fechar o bar sob a alegação que não havia a licença para vender bebidas alcólicas, tido como crime pelas Leis Alcoólicas Estaduais (Apolinário et al., 2019).

O bar era alvo de várias batidas policiais que se respaldava na criminalização da homossexualidade, para a qual inclusive existiam penalidades que poderiam variar de prisão à condenação de morte. Em resposta à violência policial, os frequentantes do bar começaram a se manifestar. Este movimento foi iniciado no dia 28 de junho de 1969 dando início ao que conhecemos hoje como Dia Internacional do Orgulho Gay, sendo também a data em que acontece a parada gay em várias partes do mundo, é importante ressaltar que a revolta tinha como linha de frente pessoas como Marsha P. Johnson, mulher trans negra conhecida como uma das principais líderes da rebelião. O que faz com que nos voltemos para a questão interseccional da luta do movimento LGBTQIAPN+, assim como Marsha nos Estados Unidos, mulheres trans, negras, de diversas classes sociais são assoladas pelo preconceito no Brasil de diversas formas. Pretende-se portanto abordar neste trabalho sobre a história do início deste movimento no Brasil, sobre os casos de lgbtfobia e alguns avanços alcançados até o presente momento no país nos voltando sempre para a interseccionalidade.

A história do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil: os primeiros grupos de afirmação homossexual

Após a chegada dos europeus na baía onde atualmente se localiza a cidade de Porto Seguro na Bahia, o país passou por vários períodos históricos que afetaram diretamente a população de forma política, econômica, social e cultural. Tem-se portanto aproximadamente 322 anos de colonização e 67 anos de império - onde devemos ressaltar que a escravatura só foi abolida um ano antes do fim do imperialismo - até chegarmos em um país republicano. República esta que passa pela primeira república, governos provisórios e ditatoriais até chegarmos nos dias

atuais, todas essas mudanças políticas condicionam a formação de inúmeros movimentos sociais.

Além de combater a disseminação do pensamento marxista, as ditaduras latino-americanas se viram diante do enfrentamento de uma juventude inflamada pelos processos de descolonização, pela revolução sexual nos EUA, pelo Maio de 68 na França e pela Revolta de Stonewall (Trindade et al., 2018).

É importante destacar que vários países latino americanos e caribenhos tiveram sua história destacada pela presença de ditaduras, fazendo com que o ativismo latino americano se iniciasse por volta do ano de 1969 na Argentina com o grupo “Nuestro Mundo”. Assim da mesma forma que a herança escravista irá condicionar os movimentos negros, e que a estrutura patriarcal condiciona os movimentos feministas, a onda de cerceamento e censura que vem juntamente ao período ditatorial que se iniciara com o golpe civil-militar de 1964, cocondicionará posteriormente a criação do movimento LGBTQIAPN+ organizado.

Desta forma, em 1969 enquanto ocorria a Revolta de Stonewall Inn nos Estados Unidos, o Brasil passava por um momento político crítico. “Além de retardar a formação e a organização dos grupos que viriam a compor o movimento LGBT, este período também condiciona a formação dos grupos.” (Nascimento, 2015, p. 71). Desse modo, foi apenas em 1978 que se fundou oficialmente o primeiro movimento organizado de luta pelos direitos da população LGBTQIAPN+.

É evidente e já bem documentado que houve, no Brasil, diversas outras iniciativas anteriores de associativismo, de meios de comunicação e de ação política de pessoas LGBT (antes mesmo da sigla existir). Aliás, pode-se afirmar, sem sombras de dúvidas, que a mera existência pública de corpos e de desejos contrários às normas-padrão de gênero e de sexualidade sempre foi um ato político da maior grandeza. (Green et al., 2018).

Apesar de sua criação ser datada no ano de 1978, muitas pessoas ainda ficaram receosas em participar de um grupo de afirmação política abertamente homossexual e foi apenas no ano de 1979 que o grupo fez sua primeira aparição pública com o nome de “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual”. Esta primeira exposição foi feita em um debate em fevereiro de 1979, na Universidade de São Paulo USP, tal debate foi de suma importância tanto para o movimento LGBTQIAPN+ como para outros movimentos sociais que entravam em ascensão, reuniram-se assim movimentos negros, feministas, estudantis, para discutir e exigir o fim da ditadura civil militar.

Segundo Facchini, neste mesmo ano o grupo Somos se dividia em três grupos, sendo eles o Somos, o Grupo Lésbico-Feminista, posteriormente rebatizado de Galf (Grupo de Ação Lésbico Feminista) e o Grupo de Ação Homossexualista, que seria rebatizado de Outra Coisa. (Nascimento, 2015, p. 75).

O grupo Somos vem a se dissolver completamente no ano de 1984 voltando a fazer uma breve reunião para recordar a importância do grupo no ano de 2002. No entanto, o debate do dia 6 de fevereiro de 1979 foi essencial para firmar o I EBOH, I Encontro Brasileiros de Homossexuais “O Grupo Gay Bahia contabilizou cerca de seiscentas pessoas compareceram

para a abertura do I Encontro Brasileiro de Homossexuais.” (Nascimento, 2015, p. 74) tornando-se assim um importante evento para a ampliação do movimento.

Outro elemento crucial para a expansão do movimento foi a criação do periódico “O Lampião da Esquina” um jornal homossexual fundado em 1978 no Rio de Janeiro feito por intelectuais e jornalistas do movimento e que circulava todo o país, através deste jornal o intelectual Luiz Mott, após sofrer um ataque homofóbico no Farol da Barra, fez uma convocação para a população homossexual da Bahia reunir-se e formar um movimento organizado Bahiano

Já havia publicado artigo no jornal Lampião sobre homossexualidade indígena e divulguei então esse anúncio no tabloide: "Bichas baianas: rodem a baiana tudo bem! mas deixem de ser alienadas. Venham formar um grupo gay para lutarmos por nossos direitos." O convite foi exitoso: recebi diversas cartas e telefonemas e aos 29 de fevereiro de 1980, realizamos a reunião inaugural do novo grupo com a presença de 17 homossexuais. (Mott et al., 2018).

Desta forma nasce um dos maiores grupos de defesa dos direitos LGBT do Brasil, o primeiro a ser registrado oficialmente no país como ONG, Dentre as várias conquistas do GGB uma das principais foi a despatologização do homossexualismo, ou seja, o grupo foi um dos principais a se manifestar contra o fato da homossexualidade ser tratada como doença.

Iniciou a prevenção da Aids junto à população gay, aos deficientes visuais e ao povo de santo nos candomblés, introduziu entre nós o termo homofobia e o uso do feminino para se referir às travestis e transexuais, publicou dezenas de livros e centenas de artigos, folders e cartazes, mantém o maior banco de dados sobre assassinatos de LGBT+ do mundo (Mott et al., 2018).

Atualmente, no dia 28 de fevereiro de 2024, o GGB completou 44 anos e segue atuando na luta e defesa dos direitos da população, ainda sob a direção do presidente e fundador Luiz Mott e do Coordenador Político e Vice-Presidente Marcelo Cerqueira. Mantendo assim o título de mais antiga associação do movimento LGBT.

Comunidade LGBTQIAPN+: Avanços e racialidade

É considerado LGBTfobia todo um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais ou até mesmo culturais que inferiorizam, desvalorizam e matam pessoas que não fazem parte da heteronormatividade ou cisnormatividade em nossa sociedade. Desse modo, a vivência de uma pessoa LGBTQIAPN+ no Brasil é difícil, visto que o mesmo está no ranking dos países que mais matam pessoas da comunidade. Esse fato, evidencia a LGBTfobia estrutural existente na nossa sociedade, o que faz com que pessoas cis-heterossexuais sejam privilegiadas e as que não se inserem nesse padrão social, tenham seus direitos fundamentais negados - tais quais como o direito à vida - e sejam diariamente maltratas, desrespeitas e criticadas, onde a sociedade LGBTfóbica tenta constantemente impor regras e comportamentos a serem seguidos.

A LGBTfobia no Brasil não é um fenômeno recente; pelo contrário, suas raízes datam a períodos anteriores. Desde tempos remotos, as práticas homossexuais foram sistematicamente condenadas pela Igreja Católica e mais tarde por outras religiões, em alguns casos, também pelo Estado, que perpetuou ideias preconceituosas na sociedade. O caso do índio tupinambá Timbira ocorrido no Maranhão durante o século XVII evidencia este fato, a mando da Igreja Católica teve uma morte brutal e cruel, documentada no livro “História das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos de 1613-1614”, do Frei Yves D’Évreux onde o frade francês responsável pelo crime detalha os horrores da execução. Desse modo, é perceptível que esses ideais LGBTfóbicos continuam sendo repassados atualmente por líderes políticos ou religiosos, o que faz com que a comunidade LGBTQIAPN+ sofra diariamente e esteja a todo tempo travando uma batalha árdua, tentando garantir os seus direitos, adquirir o seu devido respeito e sobreviver em uma sociedade que os mata de forma constante. Pois como afirma o documento Morte e Violências contra LGBTI+ no Brasil-Dossiê 2023:

“A população brasileira LGBTI+ tem sido vitimada por diferentes formas de mortes violentas desde a colonização do país, quando ainda não se utilizava as denominações atuais de sexualidade e gênero” (Acontece/Antra/Abglt, 2023, p.25).

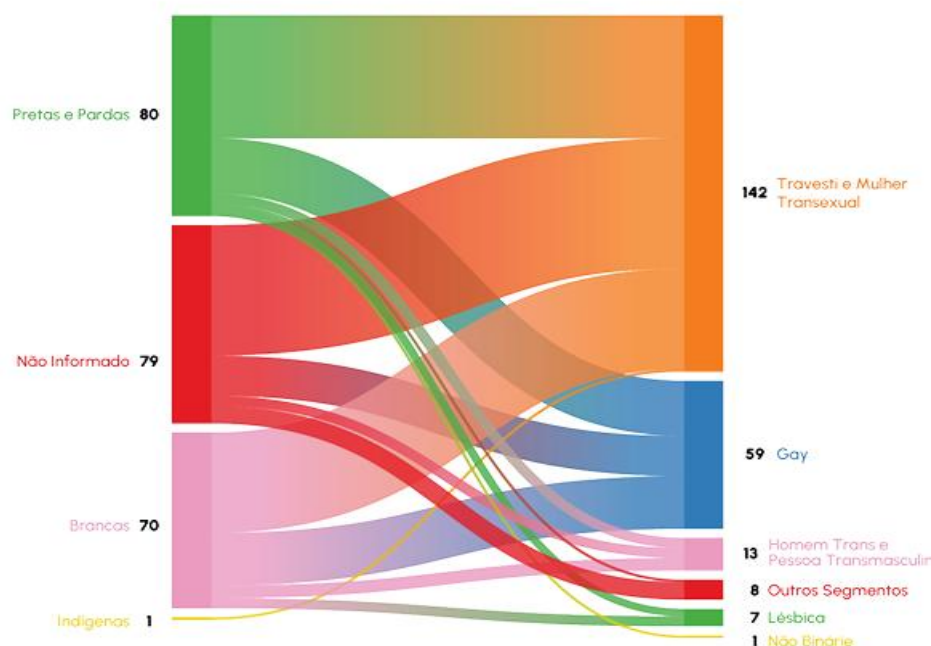
Dessa maneira, é fundamental que a LGBTfobia seja combatida, e para isso acontecer é necessário a criação de políticas públicas que garantam a segurança dessa comunidade. Além do mais, também é importante estar atentos aos casos LGBTfóbicos em nosso país, saber sobre o número de violências, onde e como elas ocorrem e principalmente qual o perfil das vítimas. Nesse caso, cabe destacar a importância do Dossiê de mortes e violências contra LGBTI+ por apresentar esses dados tão necessários, mas que não são repassados pelas instituições governamentais. O mesmo, foi elaborado por meio da parceria de instituições não governamentais, como o Observatórios de Mortes e Violência LGBTI+ no Brasil, a Acontece Arte e Política LGBTI+, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) o Dossiê apresenta dados relativos às violências ocorridas no ano de 2023.

Por meio disso, o documento aponta que no ano de 2023, em 2023 registraram-se 230 mortes de pessoas LGBTI+ de forma violenta no Brasil, sendo 184 assassinatos, 18 suicídios e 28 mortes por outras causas:

Em 2023 foram registradas 230 mortes violentas de pessoas LGBTI+ no Brasil, sendo 134 marcados por LGBTfobia Interpessoal, Institucional e Estrutural (como definidos no subitem 4.1.5), 68 casos dúbios (que merecem ser melhor apurados para verificar a incidência de processos LGBTfóbicos entre suas causas) e 28 casos de Outros Assassinatos Violentos de Pessoas Trans, conforme parceria com a ANTRA (Figura 6). Deste total de mortes violentas, 184 foram assassinados, 18 suicídios e 28 mortes de outras naturezas. (Acontece/Antra/Abglt, 2023, p.32)

Todos esses dados deixam claro o quanto o nosso país mesmo estando em pleno século XXI ainda permanece um local extremamente perigoso para essa parcela da população. Corroborando com isso e reconhecendo que o Brasil além de ser um país LGBTfóbico é também extremamente racista, é inegável que uma pessoa negra LGBT sofre com dois tipos de violência.

FIGURA 10: RAÇA E ETNIA DAS PESSOAS LGBTI+ VÍTIMAS DE MORTES VIOLENTAS NO BRASIL, POR SEGMENTO, EM 2023



FONTE: OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS CONTRA LGBTI+ NO BRASIL. 2023

Diante disso, o documento apresenta os dados relativos à violência sofrida pela população negra, destacando que no ano de 2023 entre as 230 registradas foram identificadas a raça/etnia de 151 vítimas, sendo assassinadas 80 delas e 52 mortes do segmento travestis e mulheres transsexuais, que não foi possível verificar esse aspecto (DOSSIÊ, 2023).

Dessa forma, os dados levantados por essas Organizações não governamentais nos ajudam a abrir os olhos e perceber que todos esses números de mortes não é e nunca foi algo natural. Por conta disso, o movimento LGBT vem durante muito tempo lutando e se articulando para que seus direitos não sejam só alcançados como também respeitados. Ou seja, a comunidade LGBT luta ao decorrer dos anos para que esses números de mortes diminuam ou até mesmo acabem. Com base nisso, é válido frisar alguns avanços alcançados pelo movimento, avanços esses que ainda são poucos visto a gravidade da vivência da comunidade e que caminham a passos lentos já que causam incômodo em uma grande parcela da população. No entanto, os mesmos também contribuem grandemente, por fazer com que seja possível uma alteração dessa realidade tão cruel.

Diante disso, entre esses avanços está a primeira lei aprovada em território nacional, de nº 12.574/2003 que prevê no artigo 1º a punição a toda e qualquer discriminação contra homossexuais, bissexuais e transexuais. Um outro avanço que deve ser levado em consideração ocorreu em 2006 com a criação da primeira delegacia no Estado de São Paulo (DECRADI) direcionada para combater crimes raciais e religiosos, incluindo assim o termo de racialidade e sexualidade. Além disso, temos o decreto de nº 7.388/2010 que possibilitou a criação do Conselho Nacional Contra à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais e também a lei 7.716/89 que criminalizou a

LGBTfobia em nosso país. Sendo assim, percebe-se a importância dessas conquistas para o movimento e o quanto é necessário que as mesmas sejam respeitadas e aplicadas, para que assim o respeito e a dignidade das pessoas LGBTQIAPN+ sejam exercidas, assim como ocorre com outros cidadãos.

A negritude dentro da comunidade lgbtqiapn+

Embora a invisibilidade de vidas LGBTQIA+ aconteça diariamente, devemos lembrar daquelas que mudaram a forma como a comunidade era observada, a exemplo da morte do indígena tupinambá Timbira, atualmente “Tibira do Maranhão”, que teve seu corpo explodido por um canhão ainda em 1613, por um religioso francês Yves d'Evreux, se consagrando o primeiro crime de homofobia no Brasil, fruto dessa impunidade, Marielle Franco, vereadora pelo Rio De Janeiro, defensora dos direitos humanos, foi brutalmente assassinada no dia 14 de março de 2018 a mando de milícias que a mesma costumeiramente denunciava ao poder público.

Referindo-se a isso, temos Erika Hilton, que se concretizou como deputada federal no ano de 2022 pelo Estado de São Paulo, onde no mesmo período, dispõe um elevado número de casos LGTBfobicos. Em 2021 a mesma iniciou a CPI da transfobia, que investigava crimes motivado pelo ódio contra pessoas trans e travestis, além de instaurar gratuito o tratamento hormonal, pelo SUS, Erika não ficou isenta do ódio, mesmo dentro de uma casa parlamentar, em 2019 um deputado ligado a direita extremista, há ameaça de “tirá-la no tapa” caso encontrasse no banheiro feminino, contra tudo e contra todos foi eleita uma das cem mulheres mais inspiradoras e influentes do mundo pela BBC em 2022.

Sobretudo, deve-se ressaltar o racismo estrutural vivenciado por essa comunidade, que, somado à LGBTfobia, contribui para índices alarmantes de vulnerabilidade social. Essa realidade, historicamente enraizada desde o período colonial e acentuada no pós-colonialismo, explica, em parte, a fragilidade das ações públicas voltadas à melhoria das condições de vida dessas pessoas. Assim, torna-se evidente a escassez de materiais científicos e acadêmicos direcionados à sociedade em geral, capazes de servir como campo de estudo antropológico, cenário que se agrava pela baixa demanda social e institucional por tais produções.

Contudo, observa-se que ambas as pautas estão interligadas, uma vez que pessoas negras e LGBTQIA+ frequentemente se tornam alvos de discriminação devido à intersecção entre raça e sexualidade. Ser negro e LGBTQIA+ representa enfrentar múltiplas camadas de opressão, mas também significa fazer parte de movimentos históricos que promoveram mudanças significativas. Apesar dos desafios persistentes, há indícios de avanços, sustentando a esperança de um futuro em que nenhuma pessoa seja submetida a maus-tratos ou discriminação por qualquer motivo.

Considerações finais

O Brasil segue sendo o país com mais mortes de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ no mundo, pesquisas indicam que no ano de 2023 ainda existem mais de 60 países que criminalizam a homossexualidade e apontam que ao menos 13 países tem pena de morte: Sudão, Irã, Arábia Saudita, Iêmen, Mauritânia, Afeganistão, Paquistão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iraque, partes da Síria, partes da Nigéria e partes da Somália, no entanto há países que já passaram pela descriminalização como Angola e Moçambique, estes dois exemplos tem leis que protegem de discriminação, ainda assim são poucos os países do continente africano que reconhecem por lei o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Estudos apontam que maior parte dos países que penalizam com a morte a homossexualidade ficam na Ásia e principalmente no Oriente Médio. Nas Américas a maior parte dos países têm leis de proteção para a comunidade LGBTQIAPN+ e de criminalização da LGBTfobia, principalmente no Brasil, percebe-se portanto que vários desses direitos foram conquistados pela parcela negra da comunidade LGBTQIAPN+.

Dessa forma, é perceptível que o racismo é algo que está intrínseco na sociedade, afetando de maneira mais agressiva a população preta inserida dentro da comunidade. Com isso, é notório que apesar dos avanços alcançados pelo movimento muito ainda precisa ser feito, como por exemplo, a criação de mais política públicas que garantam a segurança da comunidade e que leve sempre em consideração a questão racial, como também o compromisso do governo em efetivar os direitos dessa população, como ocorre normalmente com os cidadãos que não estão inseridos dentro do movimento.

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

APOLINÁRIO, Eleonora Beatriz Ramina et al. As representações do movimento de Stonewall nos Estados Unidos (1969)-“Stonewall-A Luta Pelo Direito de Amar”(1995) e “Stonewall: Onde o Orgulho Começou”(2015). **C:/Users/55719/Downloads/154048-Texto% 20do% 20artigo-365987-1-10-20190828**, v. 20, n. 1, 2019.

DO NASCIMENTO, Andrew Feitosa. Os primeiros grupos de afirmação homossexual no Brasil contemporâneo. **albuquerque: revista de história**, v. 7, n. 13, p. 62-84, 2015.

GREEN, James Naylor et al. (Ed.). **História do movimento LGBT no Brasil**. Alameda., 2018.

D'ÉVREUX, Yves. História das coisas mais memoráveis, ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614. Tradução de Marcella Mortara. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, v. 1864, 2009.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.